



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES

GUILHERME FRANCO CAPUANO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO REGULAR**

Brasília
2013

GUILHERME FRANCO CAPUANO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO REGULAR**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
à obtenção do grau de Licenciatura
em Educação Física pela
Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Orientador: Prof. MSc. Sérgio
Adriano Gomes

Brasília
2013

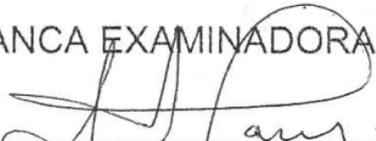
GUILHERME FRANCO CAPUANO

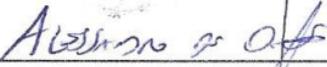
**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO
ENSINO REGULAR**

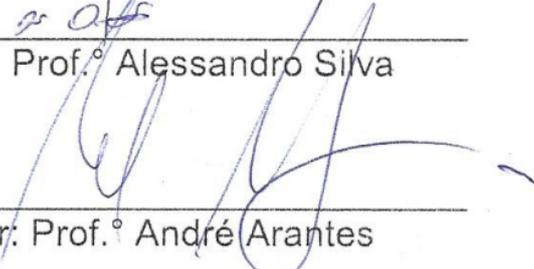
Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
à obtenção do grau de Licenciatura
em Educação Física pela
Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Brasília, 19 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA


Orientador: Prof. MSc. Sérgio Adriano Gomes


Examinador: Prof.º Alessandro Silva


Examinador: Prof.º André Arantes

RESUMO

A inclusão escolar é um desafio nas escolas brasileiras, e também nas escolas de países desenvolvidos. O objetivo deste artigo é apresentar as dificuldades e algumas soluções para o êxito da inclusão escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Física no ensino regular. O método utilizado para a pesquisa foi a revisão bibliográfica exploratória da literatura, através de artigos publicados e livros internacionais. A inclusão tem como alguns de seus princípios: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem da cooperação. As políticas públicas educacionais garantem a matrícula e o acesso dos alunos que necessitam de atenção e cuidados especiais, mas não garantem a permanência com qualidade, pois a lei foi mudada para uma política inclusiva, mas a estrutura excludente ainda permanece no interior da escola. A meta da inclusão é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, o qual terá de ser adaptado às particularidades de todos os alunos. Algumas das dificuldades que atrapalham o processo de inclusão escolar são: Despreparo dos professores para lidarem com o aluno com Necessidade Educacional Especial; Escassez de disciplinas nos cursos de formação de professores; Limitações físicas e psicológicas do aluno; Estrutura física da escola; Preconceito dos demais alunos com o aluno com Necessidades Educacionais Especiais; Políticas Públicas educacionais garantem apenas a matrícula e o acesso do aluno com Necessidades Educacionais Especiais; Superproteção exercida pelos pais; Ausência de profissionais de apoio; Falta de recursos ou de adaptações necessárias. Algumas das soluções são: Melhorar a formação e a capacitação dos professores; Mudar as atitudes, entendimentos, e eliminar preconceitos; Investir em recursos humanos e materiais; Realizar mais pesquisas sobre a Inclusão Escolar; Conhecer melhor sobre as necessidades, capacidades, potencialidades e habilidades de cada aluno; Adaptar as atividades.

PALAVRAS-CHAVE:

Inclusão escolar; Necessidades Educacionais Especiais; Educação Física; adaptação; socialização.

ABSTRACT

School inclusion is a challenge in Brazilian schools , and also in schools in developed countries . The objective of this paper is to present the difficulties and some solutions for successful school inclusion of students with Special Educational Needs in Physical Education in regular schools . The method used for the research was exploratory literature review through published articles and international books . The inclusion has as some of its principles : the acceptance of individual differences , valuing each person , living within human diversity and learning cooperation . Educational policies to ensure registration and access for students who need special attention and care , but do not guarantee the permanence of high quality , since the law was changed to an inclusive policy, but the exclusionary structure remains within the school . The goal of inclusion is to not let anyone out of the school system , which will have to be adapted to the particularities of all students . Some of the difficulties that hinder the process of school inclusion is Unpreparedness of teachers to deal with students with Special Educational Need ; Shortage of disciplines in undergraduate teacher education ; physical and psychological limitations of the student; physical structure of the school ; Prejudice of others students with students with Special Educational Needs ; Public Policy only ensure educational access and enrollment of students with Special Educational Needs ; overprotection exerted by parents ; Lack of professional support , lack of resources or adaptations. Some of the solutions are: to improve training and teacher training ; Changing attitudes , understandings , and eliminate prejudices ; Investing in human and material resources ; Undertake further research on school inclusion ; know best about the needs , capacities , potentialities and skills each student ; Adapt activities .

KEYWORDS:

School inclusion; Special Education Needs; Physical Education; adaptation; socialization.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um desafio nas escolas brasileiras, e também nas escolas de países desenvolvidos como os Estados Unidos da América (EUA). Especialistas como Rouse (2009), por exemplo, observam que a maioria dos educadores nessa disciplina tem apenas um limitado treinamento para o trabalho com estudantes deficientes, porém, quando devidamente treinados, pelo menos com instruções básicas de inclusão, os professores de Educação Física nos EUA têm sido extremamente receptivos à ideia de inclusão e se tornado muito criativos na introdução de modificações no planejamento de aulas para a inclusão de alunos com necessidades especiais.

No Brasil, Lima, Silva e Santos (2008) destacam que embora do ponto de vista legal a ideia de inclusão (ou inserção), sob a forma arcaica de integração do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais em escolas comuns, remonte à década de 1960 (com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), é somente no início do Século XXI que a legislação começa a sair do papel e se impor à prática das instituições escolares, por meio da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001.

Conforme Pletsch e Braun (2008), o conceito de educação inclusiva é entendido como um processo amplo, no qual a escola deve ter condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros) para acolher e promover condições democráticas de participação dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no processo de ensino-aprendizagem. É um processo no qual a escola possa promover não só o acesso e a permanência, mas também o aproveitamento social e escolar, levando em consideração as singularidades de cada um, com ou sem apoio especializado.

Para Alves e Duarte (2006) a Educação Física aparece como uma disciplina propícia para a promoção da inclusão. Dentre os principais motivos para esse fato, temos as atitudes dos professores, que aparecem como mais positivas para esse processo; a possibilidade de trabalho de seus conteúdos de diversas formas, com diferentes tipos de atividades, podendo, dessa forma, realizar modificações que permitam a participação de todos. As atividades propostas são amplamente passíveis de adaptações e apresentam,

geralmente, características lúdicas e recreativas estimulantes à participação e à integração de todos.

De acordo com Souza (2008), a Educação Física adaptada ou especial proporciona aos Alunos com Necessidades Educacionais especiais uma melhor qualidade de vida, socialização, bem-estar, treinamento dos sentidos, conhecimento do esquema corporal, além de outros estímulos e vivências que em outras atividades não seria possível.

Segundo Silva, Sousa e Vidal (2008), a expressão “educação física adaptada” surgiu na década de 1950 e foi definida pela *American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance*, como sendo um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiências que não podem se engajar com participação irrestrita, segura e bem sucedida em atividades vigorosas de um programa de Educação Física geral.

De acordo com Gorgatti et al. (2004), das crianças que conseguem ter acesso à escola, muitas são dispensadas pelos professores das aulas de educação física, com o falso pretexto de “garantir a sua integridade física”. Das que conseguem participar das aulas de educação física, muitas são relegadas e incumbidas para a realização de atividades paralelas, enquanto todos os alunos participam de alguma atividade diferente. Silva e Silva (2009) cita um exemplo, em que Alunos com Necessidades Educacionais Especiais podem estar integradas na aula de Educação Física, mas isso não significa que elas estão sendo incluídas, pois para que isto ocorra, por exemplo, em uma brincadeira, esta necessita geralmente de alguma modificação.

De acordo com Rosa (2008), o processo de exclusão na escola, assim como na Educação Física em particular, foi construído ao longo da história por vários setores da sociedade. No passado a Igreja achava que as pessoas com sofrimentos psíquicos eram “endemoniados” e que deveriam ser banidos de qualquer convívio social. Os sistemas de saúde pública internavam em manicômios todos aqueles que eram considerados perigosos para a sociedade, inclusive pessoas com deficiências mentais. O processo de exclusão acabou afetando a educação, e as pessoas “deficientes” eram excluídas das escolas, porque o entendimento na época era de que elas não poderiam conviver

socialmente com as outras, consideradas normais, pois além de não aprenderem, atrapalhariam a aprendizagem, e ainda, ofereceriam riscos para os outros alunos “normais”.

Para Lima, Santos e Silva (2007/2008), a partir da década de 80 e, especialmente após 1981, considerado pela ONU o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, houve uma intensificação nas discussões sobre os problemas relacionados às pessoas com necessidades especiais, os quais dizem respeito aos métodos de ensino, à denominação adequada para se referir a esse grupo de pessoas, às políticas públicas, à inclusão do Aluno com Necessidade Educacional Especial no ensino regular e no mercado de trabalho, bem como à formação do professor que atua no sistema de ensino.

Em 1994 foi realizada em Salamanca, Espanha, a Conferência Mundial de Educação Especial, onde foi criada a Declaração de Salamanca, que aborda sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Desde então o termo “necessidades educativas especiais (NEE)” e a expressão “educação inclusiva” passaram a abranger desde pessoas com dificuldades de aprendizagem decorrentes de condições econômicas e socioculturais, até pessoas com algum tipo de deficiência, altas habilidades ou condutas típicas.

Para Lima, Santos e Silva (2007/2008), mesmo depois da Conferência Mundial, da Declaração de Salamanca, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Brasil, ainda há uma discrepância em relação ao que diz a lei e a realidade educacional brasileira. As políticas públicas educacionais garantem a matrícula e o acesso dos alunos que necessitam de atenção e cuidados especiais, mas não garantem a permanência com qualidade, pois a lei foi mudada para uma política inclusiva, mas a estrutura excludente ainda permanece no interior da escola.

Para Bertazolli e Silva (2009), os problemas ficam evidentes se considerarmos as limitações do sistema público de educação brasileira, podendo-se enumerar uma série de fatores, tais como as inadequações das instalações e dependências da maioria das escolas, o despreparo dos professores em lidar com o deficiente, a carência de materiais básicos e de recursos tecnológicos, como computadores, uma prática pedagógica que não contempla a diversidade, bem como a ausência de equipes de apoio.

O objetivo deste artigo é apresentar com base na experiência de campo de vários especialistas no Brasil e em outros países, as dificuldades e algumas soluções para o êxito da inclusão escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Física no ensino regular.

2. MÉTODOS

Os métodos empregados na pesquisa apresentada neste artigo são os utilizados para a análise de estudos de casos publicados na literatura especializada, no período de 2004 a 2013. Conforme as referências apresentadas existem obras consolidadas (livros) que relatam experiências de consagrados educadores estrangeiros voltados para a inclusão escolar no ensino regular da Educação Física, especialmente nos EUA, e artigos de fontes abertas que apresentam novos olhares sobre a inclusão escolar no Brasil.

As metodologias de pesquisa e apresentação de conteúdos utilizadas são, essencialmente, as de recuperação da informação em fontes digitais abertas, mediante o uso de buscadores na internet, e a posterior resenha crítica dos conteúdos recuperados, algumas a partir de traduções de partes de obras publicadas, originalmente, em inglês.

Os recursos tecnológicos de pesquisa foram o buscador Google Acadêmico e o Scielo, para recuperação de documentos arquivados em formato eletrônico, e o tradutor Google Tradutor. Obviamente, como os tradutores automáticos ainda não são perfeitos, os textos traduzidos foram aperfeiçoados com auxílio de pesquisadores conhecedores do idioma.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Inclusão Escolar

Para Silva e Silva (2009), a inclusão tem como alguns de seus princípios: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem da cooperação. De acordo com Marques, Silva e Silva (2008), a pessoa com

necessidades educacionais especiais tem que ser vista e aceita pelas suas possibilidades e não pelas suas incapacidades.

Para Filho et al. (2011), a educação inclusiva fundamenta-se na concepção dos direitos humanos, conjugando os conceitos de “igualdade” e “diferença” entre os seres humanos como valores indissociáveis, sendo os educadores os principais agentes de mudança. Peres (2013) observa que não é raro as escolas dispensarem os alunos com Necessidades Educacionais Especiais das aulas de Educação Física simplesmente porque não sabem lidar com a inclusão.

De acordo com Strapsson e Carniel (2007), a Educação Física é importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo. A Educação Física procura tratar do aluno sem que haja desigualdades, tornando a auto-estima e a autoconfiança mais elevada através da possibilidade de execução das atividades, conseqüentemente da inclusão.

3.2. Políticas nacionais e internacionais sobre os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais

De acordo com Souto et al. (2010), os movimentos internacionais e políticas públicas pela inclusão de alunos especiais no ensino regular provocaram em vários países o despertar para um novo paradigma educacional e novas possibilidades para a educação do deficiente.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, e serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, e se encontra no topo do ordenamento jurídico (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

De acordo com o Art. 205 do Capítulo III: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com o Art. 208, item III: Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, e regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirada pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL, 1990).

De acordo com o item III do Art. 54: Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação e são separados por disciplina (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997).

Sobre a formação dos professores os Parâmetros Curriculares Nacionais destaca: Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho.

Além disso, os PCN's também dizem que: É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

De acordo com o Art. 58 do Capítulo V: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar

oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

De acordo com o Art. 59: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

A Declaração de Salamanca é uma resolução da ONU que trata dos princípios, política e prática em Educação Especial. É considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a Inclusão Social (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca diz algumas coisas importantes em relação aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; As crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; As escolas regulares constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo; Adotar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo; Desenvolver projetos demonstrativos e encorajar o intercâmbio com países que têm experiência de escolas inclusivas; Garantir que, no contexto duma mudança sistémica, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em-serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos é um documento, elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos,

realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, e fornece definições e abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, visando estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

De acordo com o item 5 do art. 3: As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reafirma os princípios universais (dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação) em que se baseia e define as obrigações gerais dos Governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas políticas, bem como as obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, ao combate aos estereótipos e à valorização das pessoas com deficiência (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2006).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reserva um artigo inteiro sobre a educação das Crianças com Necessidades Educacionais Especiais, do qual vou destacar apenas alguns trechos: Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência; Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas; As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação.

Em 20 de novembro de 1989 foi aprovada na Resolução 44/25 da Assembléia Geral das Nações Unidas, A Convenção sobre os Direitos da

Criança, que se trata de um tratado que visa à proteção de crianças e adolescentes de todo o mundo (A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989).

De acordo com “A Convenção sobre os Direitos da Criança”: A criança deficiente tem direito a cuidados especiais, educação e formações adequadas que lhe permitam ter uma vida plena e decente, em condições de dignidade, e atingir o maior grau de autonomia e integração social possível.

3.3. Necessidades Educacionais Especiais

De acordo com Silva e Silva (2009) Necessidades Educacionais Especiais são manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Conforme Silva e Silva (2009) existem dois tipos de Necessidades Educacionais Especiais: Aquelas que são diagnosticadas por médicos e, aquelas que o professor observa ao ministrar suas aulas, pois estas têm mais espaço de manifestação nas aulas de educação física, onde as crianças têm atividades fora da sala de aula e trabalham em grupos, com maior interação.

Entre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, temos: Crianças superdotadas e talentosas; Deficientes mentais; Deficientes visuais; Deficientes auditivas; Distúrbios de comunicação; Problemas de comportamento; Distúrbios de aprendizagem; Deficiências múltiplas, severas e físicas; Deficiência física.

3.4. Inclusão escolar: Desafios encontrados

Fazendo uma análise dos artigos pesquisados, fica evidente que os autores entram em consenso sobre as principais dificuldades encontradas para que a Inclusão Escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais possa acontecer. O Quadro 1 mostra quais são as principais dificuldades encontradas pelos profissionais da educação, de acordo com os autores dos artigos pesquisados:

Quadro 1 - Dificuldades encontradas pelos autores

Dificuldade encontrada	Autor (es)
Escassez de disciplinas nos cursos de formação de professores	Lima, Santos e Silva (2007);Silva e Silva (2009);Gutierrez Filho et al. (2011);Alves e Duarte (2006)
Despreparo dos professores para lidar com o Aluno com NEE	Lima, Santos e Silva (2007);Gorgatti et al. (2004);Tessaro et al. (2005);Marques, Silva e Silva (2008);Costa (2010);Alves e Duarte (2006);Silveira e Neves (2006);Vitaliano (2007); Luiz et al. (2008); Strapsson e Carniel (2007)
Limitações físicas e psicológicas do aluno	Lima, Santos e Silva (2007)
Estrutura física da escola	Lima, Santos e Silva (2007);Silva e Silva (2009); Palma e Manta (2010); Gorgatti et al. (2004)
Preconceito dos demais alunos com o Aluno com NEE	Lima, Santos e Silva (2007);Tessaro et al. (2005);Marques, Silva e Silva (2008)
Políticas públicas educacionais garantem apenas a matrícula e o acesso do aluno com NEE	Lima, Santos e Silva (2007);Gutierrez Filho et al. (2011); Silva, Souza e Vidal (2008); Mendes (2006)
Superproteção exercida pelos pais	Alves e Duarte (2006);Silveira e Neves (2006)
Ausencia de profissionais de apoio	Alves e Duarte (2006), Luiz et al. (2008); Falkenbach e Lopes (2010)
Falta de recursos ou de adaptações necessárias	Alves e Duarte (2006), Rosa (2008); Falkenbach e Lopes (2010); Silveira e Neves (2006)

3.5. Inclusão escolar: Superando os problemas

Hodge, Lieberman e Murata (2012), Lieberman e Houston-Wilson (2009) e Rouse (2009) argumentam que o processo de inclusão deve iniciar pela aceitação do aluno com Necessidade Educacional Especial pelos outros alunos, sem necessidades educacionais especiais, processo que se denomina “socialização”. De acordo com Rouse (2009), alunos sem necessidades educacionais especiais que experimentaram ambientes inclusivos sentiram que essas experiências foram valiosas e ensinaram a eles como lidar com problemas que ocorreram em suas vidas.

De acordo com Hodge, Lieberman e Murata (2012), Lieberman e Houston-Wilson (2009) e Rouse (2009), a escola inclusiva necessita de uma infraestrutura adequada e, para que isso ocorra, necessita de uma equipe qualificada para o trabalho com Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Essa equipe deve cuidar do planejamento das atividades da Educação Física, com estratégias de inclusão que passam pela modificação das atividades que normalmente se desenvolve na disciplina.

Como componentes dessa equipe inclusiva, Rouse (2009) cita os Para-educadores, que são profissionais que trabalham individualmente com os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, acompanhando-os em sua vida escolar diária em todas as disciplinas, nas refeições, e até na satisfação de suas demais necessidades fisiológicas.

De acordo com Rouse (2009), os Para-educadores precisam conhecer as necessidades específicas dos alunos sob sua responsabilidade, os riscos inerentes a cada atividade programada pelo professor e as possibilidades de desenvolvimento com os recursos disponíveis na escola. Eles poderão recorrer, para o acesso a esse conhecimento, a outros profissionais que interagem com o aluno, tais como fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Falkenbach e Lopes (2010) lembram sobre a “Teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal”, que ensina que em tudo aquilo que a criança é capaz de realizar com ajuda de alguém, há boas probabilidades de que amanhã poderá exercê-lo sozinha.

Rouse (2009) cita que a existência de um “Colega Facilitador” é muito importante no processo de inclusão dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, porque ele representa um modelo de referência comportamental a ser seguido na socialização. Os colegas facilitadores devem ser previamente treinados pelos professores. Há também a existência da “Inclusão Interexcepcional”, onde alunos com níveis mais leves de deficiências intelectuais atuam como facilitadores de colegas com níveis de deficiências mais severas.

Lieberman e Houston-Wilson (2009) mencionam outro ator importante na equipe de educadores responsáveis pelas aulas de Educação Física numa escola inclusiva: o “Cidadão Sênior”. Como muitas escolas não possuem condições de contratar paraeducadores, um recurso humano que talvez esteja

ao seu alcance é o professor, ou mesmo outro tipo de profissional, aposentado e que se disponha a trabalhar ainda na função de auxiliar do professor na escola inclusiva.

Ainda de acordo Lieberman e Houston-Wilson (2009), o Cidadão Senior deve ser treinado para auxiliar na criação e adaptação de equipamentos, controlar e melhorar o desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais na execução das tarefas e cuidar da comunicação sobre os resultados das aulas aos professores e alunos (feedback). Os professores aposentados geralmente são os melhores candidatos devido à sua experiência como educadores.

Analisando os artigos pesquisados no Brasil, foi possível fazer uma relação sobre as principais soluções apontadas pelos autores, soluções essas que podem ser facilitadoras do processo de Inclusão Escolar, como podemos visualizar no Quadro 2:

Quadro 2 - Soluções apontadas pelos autores (continua)

Como facilitar a Inclusão Escolar	Autor (es)
Melhorar a formação e a capacitação dos professores	Silveira e Neves (2006); Alves e Duarte (2006); Bertazzoli e Silva (2009); Silva, Sousa e Vidal (2008); Marques, Silva e Silva (2008); Santos (2011); Dalpiaz e Duarte (2009); Gutierrez Filho et al. (2011); Costa (2010); Lima, Santos e Silva (2007)
Investir em recursos materiais	Silveira e Neves (2006); Mendes (2006); Costa (2010); Tessaro et al. (2005)
Investir em recursos humanos	Mendes (2006); Tessaro et al. (2005)
Maiores pesquisas	Plesch e Braun (2008); Mendes (2006); Tessaro et al. (2005)
Conhecer melhor sobre as necessidades, capacidades, potencialidades e habilidades de cada aluno	Alves e Duarte (2006); Bertazzoli e Silva (2009); Marques, Silva e Silva (2008); Gutierrez Filho et al. (2011); Lima, Santos e Silva (2007)
Mudar as atitudes, entendimentos, e eliminar preconceitos	Palma e Manta (2010); Alves e Duarte (2006); Bertazzoli e Silva (2009); Silva, Sousa e Vidal (2008); Mendes (2006); Dalpiaz e Duarte (2009); Gutierrez Filho et al. (2011); Costa (2010); Aguiar e Duarte (2005); Tessaro et al. (2005); Silva e Silva (2009); Lima, Santos e Silva (2007); Gorgatti et al. (2004)

Quadro 2 - Soluções apontadas pelos autores (continuação)

Como facilitar a Inclusão Escolar	Autor (es)
Adaptar as atividades	Alves e Duarte (2006); Bertazzoli e Silva (2009); Marques, Silva e Silva (2008); Souza (2007); Aguiar e Duarte (2005); Silva e Silva (2009); Lima, Santos e Silva (2007)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A meta da inclusão é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, o qual terá de ser adaptado às particularidades de todos os alunos. Este é um processo que necessita de uma reforma substantiva da atual organização escolar no Brasil e do funcionamento dos serviços destinados a estes alunos.

Entre as dificuldades encontradas pelos autores dos artigos pesquisados, estão: Despreparo dos professores para lidarem com o aluno com Necessidade Educacional Especial; Escassez de disciplinas nos cursos de formação de professores; Limitações físicas e psicológicas do aluno; Estrutura física da escola; Preconceito dos demais alunos com o aluno com Necessidades Educacionais Especiais; Políticas Públicas educacionais garantem apenas a matrícula e o acesso do aluno com Necessidades Educacionais Especiais; Superproteção exercida pelos pais; Ausência de profissionais de apoio; Falta de recursos ou de adaptações necessárias.

São muitas as dificuldades apresentadas pelos autores, mas por outro lado, ao analisar os artigos pesquisados, foi possível relacionar algumas soluções capazes de facilitar o processo de inclusão do aluno com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Física no ensino regular: Melhorar a formação e a capacitação dos professores; Mudar as atitudes, entendimentos, e eliminar preconceitos; Investir em recursos humanos e materiais; Realizar mais pesquisas sobre a Inclusão Escolar; Conhecer melhor sobre as necessidades, capacidades, potencialidades e habilidades de cada aluno; Adaptar as atividades.

A Inclusão Escolar dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais é algo possível de se realizar, e a Educação Física pode ser uma facilitadora deste processo, porém, por mais especializado que o professor

seja, ele não pode ser o único responsável pelo planejamento e execução das aulas inclusivas na Educação Física. As aulas para a inclusão devem ser cuidadosamente planejadas, sendo que esse planejamento deve ser realizado por uma equipe especializada, envolvendo também membros da família e colegas do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação Inclusiva: Um estudo na área de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223-240, mai./ago. 2005. Disponível na internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382005000200005&script=sci_arttext. Acessado em: 03/11/2013.

ALVES, Maria Luíza Tanure. DUARTE, Edison. A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades. **Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences**, Maringá, v. 27, n. 2, p. 231-237, 2005. Disponível na internet em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/204/151>. Acessado em: 05/10/2013.

BERTAZZOLI, Sílvia Regina Nunes Felipe. SILVA, Cláudia Regina Santa. Deficiente físico no ensino regular, é possível? **Anuário da Produção Científica dos Cursos de Pós-Graduação**, v. 4, n. 4, p. 319-333, 2009. Disponível na Internet em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/anupg/article/view/3151>. Acessado em: 05/04/2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível na internet em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 10/04/2013.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. Disponível na Internet em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acessado em: 04/09/2012.

BRASIL. Decreto n.º 3298, de 20 de dezembro de 1999, Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 1999. Disponível na internet em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em: 10/11/2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº. 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. Disponível na internet em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 03/11/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível na internet em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em: 04/05/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/1996, Brasília, 1996. Disponível na internet em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 02/04/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível na internet em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acessado em: 04/05/2013.

COSTA, Vanderlei Balbino da. Inclusão escolar na Educação Física: reflexões acerca da formação docente. **Motriz: Revista de Educação Física**, Rio Claro,

v. 16, n. 4, oct./dec. 2010. Disponível na Internet em:
www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742010000400009&script=sci_arttext.
Acessado em: 06/04/2012.

DALPIAZ, Giseli Santos; DUARTE, Marcelo Gonçalves. Apontamentos sobre aulas de Educação Física adaptadas para surdos. **EFDeportes.com. Revista Digital**, Buenos Aires, ano 14, n. 134, jul. 2009. Disponível na Internet em:
<http://www.efdeportes.com/efd134/aulas-de-educacao-fisica-adaptadas-para-surdos.htm>. Acessado em: 07/04/2012.

FALKENBACH, Atos Prinz; LOPES, Elaine Regina. Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2010. Disponível na Internet em:
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/9469>. Acessado em: 02/04/2012.

GORGATTI, Márcia Greguol; PENTEADO, Sandra H. N. W.; PINGE, Marcelo D.; DE ROSE JR, Dante. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-68, jun. 2004. <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewArticle/558>. Acessado em: 02/04/2012.

GUTIERRES FILHO, Paulo José Barbosa; MONTEIRO, Maria Dolores Ferreira; SILVA, Rudney da; VARGAS, Carla Regiane. Concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à inclusão da pessoa com deficiência na Educação Física: uma revisão da produção científica brasileira. **Revista Liberabit**, Lima, Peru, v. 17, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2011. Disponível na Internet em:
http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272011000100003&lng=en&nrm=is. Acessado em: 27/03/2012.

HODGE, Samuel R.; LIEBERMAN, Lauren J.; MURATA, Nathan M. **Essentials of Teaching Adapted Physical Education: Diversity, Culture, and Inclusion**. Holcomb Hathaway, 2012.

LIEBERMAN, Lauren J.; HOUSTON-WILSON, Cathy. **Strategies for Inclusion: a Handbook for Physical Educators**. 2nd ed., Human Kinetics, 2009.

LIMA, Lana Ferreira; SANTOS, Cristiane da Silva; SILVA, Roseane Patrícia de Souza e Silva. O profissional de educação física e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. **Poiésis Pedagógica**, Catalão, v. 5/6, p. 125-145, jan./dez. 2007/2008. Disponível na Internet em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/10842>. Acessado em: 30/03/2012.

LUIZ, Flávia Mendonça Rosa; BORTOLI, Paula Saud de; FLORIA-SANTOS, Milena; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: Desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n. 3, p. 497-508, set./dez. 2008. Disponível na internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382008000300011&script=sci_arttext. Acessado em: 23/07/2013.

MARQUES, Keury Gomes; SILVA, Renata Vanessa da; SILVA, Rita de Fátima da. Atividades inclusivas na Educação Física escolar. **EFDeportes.com. Revista Digital**, Buenos Aires, ano 13, n. 119, abr. 2008. Disponível na Internet em: <http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acessado em: 07/04/2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível na internet em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acessado em: 03/07/2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível na internet em:

<http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convencao.pdf>. Acessado em: 05/11/2013.

PALMA, Luciana Erina; MANTA, Sofia Wolker. Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. **Educação, Revista do Centro de Educação**, UFSM/Brasil, v. 35, n. 2, p. 303-314, mai./ago. 2010.

Disponível na Internet em:

<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=117117124008>.

Acessado em: 01/04/2012.

PLETSCH, Márcia Denise; BRAUN, Patrícia. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. **Revista Democratizar**, Faetec/SECT-RJ, v. 2, n. 2. mai./ago. 2008. Disponível na internet em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/defic_mental.pdf. Acessado em 07/04/2012.

ROUSE, Pattie. **Inclusion in Physical Education: Fitness, Motor and Social Skills for students of All Abilities**. Human Kinetics, 2009.

ROSA, Rejane Souza. A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais em escola de ensino regular. **Contemporanea – Psicanalise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, RS, n. 6, abr./mai./jun. 2008. Disponível na internet em: <http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo197.pdf>. Acessado em: 02/03/2013.

SANTOS, Didiomani dos. Acessibilidade no ensino, Educação Física e a deficiência visual. **EFDeportes.com. Revista Digital**, Buenos Aires, ano 16, n. 156, mai. 2011. Disponível na internet em: <http://www.efdeportes.com/efd156/acessibilidade-educacao-fisica-e-a-deficiencia-visual.htm>. Acessado em: 05/04/2012.

SILVA, Tatiane; SILVA, Rita de Fátima da. Metodologias utilizadas pelos professores de educação física escolar para inclusão de crianças com necessidades especiais. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 10, n. 14, jan./jun. 2009. Disponível na internet em: <http://efiesaude.webnode.com.br/sobre-n-oacute-s>. Acessado em: 06/04/2012.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; SOUSA, Sônia Bertoni; VIDAL, Maria Helena Candelori. Dilemas e perspectivas da Educação Física diante do paradigma da inclusão. **Revista Pensar a Prática**, UFG, v. 11, n. 2, p. 125-135 mai./ago. 2008. Disponível na Internet em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/1793/4102>. Acessado em: 04/04/2012.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. Inclusão Escolar de crianças com Deficiência Múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 22, n. 1, p. 079-088. jan./abr. 2006. Disponível na Internet em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf>. Acessado em: 06/04/2012

SOUTO, Maria da Conceição Dias; LIMA, Marilena Guimarães; SILVA, Vernon Furtado da; HENRIQUE, José. Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: Perspectiva para uma educação inclusiva. **Motriz: Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 762-775, jul./set. 2010. Disponível na internet em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n3/a25v16n3.pdf>. Acessado em: 01/09/2013.

SOUZA, Michele Pereira de. Educação Física adaptada para pessoas portadoras de Necessidades Visuais Especiais. **EFDeportes.com. Revista Digital**, Buenos Aires, ano 12, n. 111, ago. 2007. Disponível na internet em: <http://www.efdeportes.com/efd111/educacao-fisica-adaptada.htm>. Acessado em: 07/04/2012.

STRAPSSON, Aline Miranda; CARNIEL, Franciele. A Educação Física na Educação Especial. **EFDeportes.com. Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11,

n. 104, jan. 2007. Disponível na Internet em:

<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>. Acessado em: 05/11/2013.

TESSARO, Nilza Sanches; WARICODA, Ana Sayuri Ribeiro; Bolonheis, Renata Cristina Marques; ROSA, Ana Paula Barletta. Inclusão Escolar: Visão de alunos sem Necessidades Educativas Especiais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n. 10, p. 105-115, 2005.

UNICEF BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989. Disponível na Internet em:

http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. Acessado em: 04/09/2012.

VITALIANO, Célia Regina. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com

Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 3, p. 399-414, set./dez. 2007. Disponível na internet em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 05/10/2013.

ANEXO 1



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES
Curso de Educação Física

FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Venho por meio desta, como orientador do trabalho

“A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR”

autorizar sua apresentação no dia 19/11 do presente ano.

Sem mais a acrescentar,



Orientador

Brasília, 06 de novembro de 2013.



ANEXO 2



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES
Curso de Educação Física

CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA

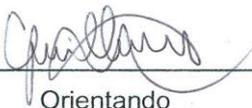
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

Declaração de Autoria

Eu, Guilherme Franco Capuano, declaro ser o autor de todo o conteúdo apresentado no trabalho de conclusão do curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Declaro, ainda, não ter plagiado a idéia e/ou os escritos de outro(s) autor(s) sob a pena de ser desligado(a) desta disciplina uma vez que plágio configura-se atitude ilegal na realização deste trabalho.

Brasília, 06 de novembro de 2013.



Orientando



ANEXO 3



Diretoria Acadêmica
FACS| Faculdade de Ciências da Saúde

AUTORIZAÇÃO

Eu, GUILHERME FRANCO CAPUANO, RA 21037862, aluno (a) do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, autor(a) do artigo do trabalho de conclusão de curso intitulado A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR, autorizo expressamente a Biblioteca Reitor João Herculino utilizar sem fins lucrativos e autorizo o professor orientador a publicar e designar o autor principal e os colaboradores em revistas científicas classificadas no Qualis Periódicos – CNPQ.

Brasília, 06 de novembro de 2013.

Assinatura do Aluno

ANEXO 4



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde | FACES
Curso de Educação Física

**FICHA DE RESPONSABILIDADE DE
APRESENTAÇÃO DE TCC**

Eu, Guilherme Franco Capuano me responsabilizo pela apresentação do TCC intitulado "A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO REGULAR", no dia 19/11 do presente ano, eximindo qualquer responsabilidade por parte do orientador.

Aluno	RA
GUILHERME FRANCO CAPUANO	21037862

ASSINATURA

Brasília, 06 de novembro de 2013.

